

CADERNO DE ENCARGOS

CLÁUSULA 1.^a

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a atribuição de direito de exploração do quiosque da Praça Dr. António Breda, na freguesia e concelho de Águeda.

CLÁUSULA 2.^a

Preço base

O contrato a celebrar não implica o pagamento de um preço pelo Município de Águeda, pelo que não é fixado preço base no presente procedimento, nos termos e para os efeitos do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 3.^a

Contrato

1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual, e integra os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o

CADERNO DE ENCARGOS

disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 4.^a

Prazo de Vigência do Contrato

- 1 - O presente contrato produz efeitos, à data da celebração do contrato.
- 2 - O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser renovado por igual período, em conformidade com os respetivos termos e condições constantes no presente caderno de encargos e no disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CLÁUSULA 5.^a

Proposta

1 - A proposta deve ser apresentada em formato digital CD-R, encerrada em sobrescrito fechado, em cujo o rosto se identificará o concurso – “Concurso Público para atribuição de direito de exploração do Quiosque da Praça Dr. Antonio Breda”, e a identificação do concorrente, dela devendo constar, sob pena de exclusão, os seguintes elementos:

- a) Proposta com a indicação dos espaços que o concorrente se propõe manter, tendo por base as áreas definidas na planta anexa (anexo II). A manutenção deve ser efetuada de acordo com a orientação das normas de espaços verdes (anexo III), e o concorrente deve indicar os espaços que pretende manter considerando as cláusulas do caderno de encargos e respetivos anexos.
- b) Memória Descritiva e Justificativa, com o número máximo de 5 páginas, em formato A4, que descreva e justifique a Proposta de Exploração e Utilização, acompanhada por todos os documentos que se entenda necessários para a sua compreensão

2 – A proposta deve ser acompanhada pelos seguintes documentos:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do CCP;

CADERNO DE ENCARGOS

CLÁUSULA 6.^a

Critério de adjudicação

A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para o Município de Águeda, isto é, a autarquia adjudicará a proposta ao concorrente que propuser manter a maior área dentro das definidas no anexo II (A,B e C).

CLÁUSULA 7.^a

Propostas Variantes

Não são admitidas propostas variantes.

CLÁUSULA 8.^a

Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de Negociação.

CLÁUSULA 9.^a

Condições de Adjudicação

- a) a decisão de adjudicação está condicionada à possibilidade de assunção do respetivo compromisso, conforme a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.
- b) O Município de Águeda reserva-se o direito de não proceder à adjudicação, bem como, de revogar a decisão de contratar, não havendo lugar a qualquer indemnização, se nunhuma proposta corresponder aos benefícios económicos adequados aquele espaço.

CLÁUSULA 10.^a

Obrigações do Adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, o prestador de serviços fica obrigado a prestar o serviço, objeto do presente contrato, tendo em conta as seguintes disposições:

- a) Conhecer e analisar o objeto do procedimento, de acordo com os respetivos anexos;

CADERNO DE ENCARGOS

- b) Utilizar o espaço para venda de periódicos, jornais, revistas e outro tipo de artigos associados, assim como produtos alimentares pré-embalados.
- c) Assegurar a utilização pública das instalações sanitárias, a sua limpeza, manutenção, incluindo o fornecimento de todos os consumíveis necessários para a sua utilização pelo público durante o horário de funcionamento;
- d) Informar a autarquia, no espaço de 24 horas, de qualquer anomalia na área objeto de exploração, incluído quiosque, instalação sanitária, espaço multimédia e espaço publico (verde) afeto;
- e) Suportar os encargos com o funcionamento do edifício, designadamente com energia elétrica, água, telefone, seguros referentes à própria atividade, ficando a cargo do Município de Águeda as despesas relativas a iluminação pública e rega do jardim;
- f) Requerer, custear, obter e manter em vigor todas as licenças, certificações, credenciações e autorizações necessárias ao exercício das atividades integradas ou de algum modo relacionadas com o objeto do contrato, observando todos os requisitos legais;
- g) Executar todas as obras de reparação e conservação ordinária bem como as benfeitorias que forem determinadas pelas entidades administrativas competentes, podendo a Câmara Municipal ordenar, precedendo vistoria técnica, as obras que forem consideradas necessárias à boa conservação das instalações;
- h) Solicitar à Câmara Municipal, mediante a apresentação de um pedido escrito (instruído com as peças escritas e/ou desenhadas suficientes e que comprovem a sua necessidade e as melhorias das condições de operação, manutenção e bom estado de conservação a que dizem respeito), autorização para a realização de quaisquer benfeitorias, de quaisquer alterações nos bens e na área sujeitos à exploração, bem como para a introdução de novos bens e /ou equipamentos;
- i) Cumprir o previsto na legislação, adequada a estes espaços, nomeadamente a legislação que regula a atividade comercial:

3 - Para além das obrigações estabelecidas no número anterior, a entidade adjudicatária fica, ainda, obrigada a:

- a) Restituir o *Quiosque* no estado em que o recebeu, nos termo do contrato, com todos os bens referidos no (anexo IV) e direitos que integram o objeto de contrato, livres de quaisquer ónus

CADERNO DE ENCARGOS

ou encargos, obrigando-se a entidade adjudicatária, dentro de um prazo razoável fixado pelo Município de Águeda, a entregá-los em bom estado de conservação e funcionamento, sem prejuízo do normal desgaste do seu uso.

CLÁUSULA 11.^a

Dever de sigilo

1 – O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Águeda, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

CLÁUSULA 12.^a

Caução

Não é exigida a prestação da Caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

CLÁUSULA 13.^a

Remuneração

A remuneração da entidade adjudicatária é efetuada, diretamente, através dos benefícios económicos obtidos em resultado da execução do contrato, configurados como contrapartidas das prestações contratuais que lhe incumbem, incluindo a exploração do Quioste e manutenção do espaço verde da Praça Dr. António Breda, nos termos previstos no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada.

CLÁUSULA 14.^a

CADERNO DE ENCARGOS

Redução Remuneratória aplicada à Prestação do Serviço

O contrato a celebrar não implica o pagamento de um preço pelo Município de Águeda, assim não há lugar a redução remuneratória.

Cláusula 15.^a

Conformação da relação contratual

1 – No âmbito da execução do contrato, o Município de Águeda goza dos poderes de conformação da relação contratual conferidos pelos artigos 302.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

2 – Em especial, em matéria de fiscalização, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável, a Câmara Municipal tem o direito de aquilatar o cumprimento das condições contratuais pela entidade adjudicatária, podendo dar-lhe ordens, fazer-lhe avisos e notificações e praticar os demais atos necessários.

CLÁUSULA 16.^a

Penalidades contratuais

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Águeda, pode exigir da entidade adjudicatária o pagamento, a título de pena pecuniária, de uma multa diária no montante de 10% do valor estimado para manutenção do objeto de exploração, por cada dia de atraso ou incumprimento.

2 - O valor acumulado das sanções pecuniárias não poderá exceder 20% valor estimado para manutenção do objeto de exploração e quando este limite seja atingido e o Município de Águeda decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%, de acordo com o definido pelo artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Águeda deverá ter em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa da entidade adjudicatária e as consequências do incumprimento.

4 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Águeda exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento da entidade adjudicatária.

Cláusula 17.^a

CADERNO DE ENCARGOS

Força maior

1 – Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes, que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Verificados os requisitos previstos no número anterior, podem constituir casos de força maior, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

CADERNO DE ENCARGOS

5 – Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.

6 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

7 – Sem prejuízo do disposto no número 1 da presente cláusula, caso a impossibilidade de execução do contrato, em resultado de caso de força maior, se prolongue por um período contínuo superior a 3 (três) meses, no caso da entidade adjudicante, ou de um (1) mês no caso do adjudicatário, qualquer das partes pode proceder à respetiva resolução, a exercer através dos meios previstos na alínea c) do artigo 330.º do CCP.

Cláusula 18.^a

Resolução pelo Município de Águeda

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, nomeadamente os constantes do Código dos Contratos Públicos, o Município de Águeda pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de a entidade adjudicatária violar de forma grave e reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, no âmbito do caderno de encargos e do contrato, mormente nos seguintes casos:

- a) Prática de atos com dolo ou negligência que prejudiquem a qualidade das ações realizadas ou ponham em causa o bom nome e a credibilidade e prestígio do Município de Águeda;
- b) Não cumprimento integral das condições e obrigações constantes do caderno de encargos ou do contrato;

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada à entidade adjudicatária, com a indicação do fundamento da resolução.

Cláusula 19.^a

Resolução por parte do prestador de serviços

O prestador de serviços pode resolver o contrato nas situações e nos termos previstos no artigo 332.º do CCP.

Cláusula 20.^a

CADERNO DE ENCARGOS

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes é admissível de acordo com o previsto no Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 21.^a

Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

3 – À data das notificações e comunicações é aplicável o artigo 469.º do CCP.

Cláusula 22.^a

Contagem dos prazos

Salvo diferente menção expressa, os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CLÁUSULA 23.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 24.^a

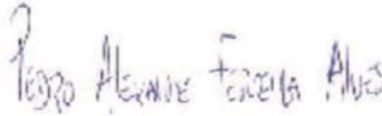
Lei aplicável

Em tudo o omissso no processo que constitui o presente procedimento, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o CCP, republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei 149/2012 de 12 de julho e demais legislação subsidiária.

CADERNO DE ENCARGOS

Águeda, 17 de Junho de 2013

O Chefe da Divisão de Desenvolvimento Local,



(Pedro Alves)